

Cicatrizes coloniais e dispositivos de simbolização: a escuta coletiva como prática de construção de sentidos

Denise Silva Nonoya

Orientadora: Ms. Patrícia M^a Berg T. de Oliveira

DOI: <https://doi.org/10.5281/10.5281/zenodo.21134977>

Cheguei à teoria porque estava sofrendo, a dor dentro de mim era tão intensa que eu não poderia continuar a viver. Cheguei à teoria desesperada, querendo compreender, querendo entender o que estava acontecendo ao meu redor. Acima de tudo, cheguei à teoria porque queria fazer a dor ir embora. Eu vi, na teoria, um local de cura. (bell hooks)

Resumo: O presente artigo reflete sobre a simbolização de dores coletivas, a partir de uma experiência de escuta, problematizando os limites de uma compreensão do sofrimento psíquico restrita à dimensão individual. Parte-se do pressuposto de que formas de sofrimento difuso estão relacionadas a experiências históricas e coletivas não simbolizadas, especialmente vinculadas ao legado colonial. Trata-se de um relato de experiência de natureza qualitativa, fundamentado na análise reflexiva de uma aula com abordagem participativa e escuta implicada. O referencial teórico articula as concepções de trauma social e psicossocial, bem como a noção de subjetividade relacional. Os resultados indicam que o espaço coletivo favorece a fala, o reconhecimento mútuo e a construção de sentidos compartilhados, possibilitando a passagem de um sofrimento fragmentado para uma compreensão mais integrada. Conclui-se que práticas coletivas de escuta e narrativa constituem dispositivos de simbolização, contribuindo para a elaboração de traumas históricos e para a ressignificação do sofrimento.

Palavras-chave: Trauma social. Sofrimento psíquico. Subjetividade. Simbolização. Práticas coletivas. Perspectiva decolonial.

Introdução

Ao analisarmos a forma como a Psicologia se desenvolveu, percebe-se que o indivíduo foi tomado como referência quase única para a compreensão do sofrimento. Nesse movimento, a dor psíquica passou a ser, em grande medida, associada a aspectos internos, vinculados à história pessoal de cada um.

No entanto, essa forma de olhar começa a mostrar limites quando nos deparamos com experiências que não se explicam tão facilmente. Há dores que parecem não caber apenas na biografia de quem as sente. São dores difíceis de nomear, que muitas vezes

aparecem como angústia, inadequação ou um mal-estar constante, sem que a pessoa consiga dizer exatamente de onde isso vem.

Essa constatação levanta uma questão que atravessa este trabalho: até que ponto aquilo que sentimos como sofrimento individual não carrega marcas de experiências coletivas, que não foram reconhecidas ou sequer puderam ser ditas? Em muitos casos, o problema talvez não esteja na intensidade da dor, mas na ausência de espaços onde ela possa ser compreendida e compartilhada.

É a partir dessa inquietação que este artigo se constrói. A proposta é refletir sobre a simbolização dessas dores que, por diferentes motivos, foram sendo silenciadas ao longo do tempo. Para isso, toma-se como referência a experiência da aula “Cicatrizes Coloniais: os traumas sociais na construção da subjetividade”, realizada em maio de 2025, promovida pelo Coletivo @Das Pretas.

A aula foi organizada de forma participativa, com breves provocações teóricas e, principalmente, com perguntas que buscavam mobilizar a fala dos participantes. Mais do que transmitir conteúdo, a intenção era abrir um espaço de escuta. Um espaço onde as pessoas pudessem, talvez pela primeira vez, colocar em palavras experiências que até então apareciam de forma solta, sem muita organização.

Ao olhar para essa vivência, interessa menos descrever a aula em si e mais compreender o que aconteceu a partir dela. Em que medida o encontro entre falas, escutas e identificações pode contribuir para que certas dores deixem de ser vividas de forma isolada e passem a ganhar algum sentido? É nessa direção que o texto segue, problematizando: de que maneira muitas dessas dores não foram simbolizadas e daí aparecem como sofrimento difuso?

Pretendendo dar suporte a essas indagações, os relatos dos participantes serão apreciados à luz das perspectivas decoloniais. A ideia é traçar rotas de compreensão histórica das dimensões intersubjetivas, ressaltando a leitura crítica do sofrimento psicológico, que não se torne patologizante.

As concepções de trauma social de Kilomba (2019) e do conceito de trauma psicossocial formulado por Martin-Baró (2017), complementado por Barrero (2020) e Euzébios Filho (2023), além da noção de pessoa como uma realidade múltipla, integrada e relacional, conforme apresentada por Hampaté Bâ (1981), constituem o suporte teórico.

Assim, esse artigo intenciona não somente relatar uma experiência, mas refletir sobre como a simbolização das dores coletivas pode ocorrer em uma aula, por exemplo,

transformando-a em espaço de fala e escuta. Dentre as propostas apresentadas para a escrita decolonial, entendemos que esta narrativa contribui no eixo Psicologia da Descolonização.

Metodologia

A opção metodológica pelo relato de experiência parte da compreensão de que se trata de uma abordagem teórico-prática voltada ao aprofundamento da experiência, considerando o olhar do sujeito-pesquisador inserido em um contexto histórico e cultural específico (Daltro; Faria, 2019).

Nessa direção, o relato assume caráter qualitativo e se organiza a partir de uma análise reflexiva da vivência, fundamentando uma escuta implicada e compartilhada, entendida como espaço de produção de afetos e sentidos. No presente artigo, a experiência é tomada não apenas em seu conteúdo teórico, mas sobretudo em seus efeitos e ressonâncias, abrindo possibilidade para a construção de processos de simbolização.

Tal compreensão se aproxima da perspectiva de Conceição Evaristo, ao articular escrita e experiência de vida como dimensões indissociáveis. Ao afirmar que “a nossa escrevivência não pode ser lida como histórias para ‘ninar os da casa-grande’, e sim para incomodá-los em seus sonos injustos” (Evaristo, 2006), a autora destaca o caráter político da narrativa, entendida como forma de afirmação da existência e de produção de sentidos.

Nesse contexto, a escrita se configura como linguagem engajada, atravessada pela experiência e comprometida com a visibilização de histórias que, muitas vezes, permanecem silenciadas.

As categorias analíticas utilizadas neste estudo foram definidas a partir dos objetivos pedagógicos da aula e do referencial teórico que a sustentou. Considerando as contribuições de Martín-Baró (2017), Kilomba (2019), Barrero (2020), Euzébios Filho (2023) e Hampaté Bâ (1981), estabeleceram-se previamente cinco eixos de observação: (1) apresentação e expectativas dos participantes; (2) percepções sobre trauma social e possibilidades de cura; (3) manifestações da colonização interna e dos processos de subjetivação; (4) expressões de sofrimento psíquico associadas às experiências raciais e coletivas e (5) reflexões críticas sobre educação, história e produção de conhecimento.

As perguntas disparadoras foram elaboradas com a finalidade de mobilizar

narrativas relacionadas a esses eixos, permitindo analisar como os participantes nomeavam, compreendiam e atribuíam sentidos às suas experiências. Posteriormente, as falas foram sistematizadas de acordo com essas categorias, buscando identificar recorrências, aproximações e deslocamentos de sentido produzidos ao longo da experiência. Assim, a metodologia proposta não se ancora apenas na ideia de veracidade, mas na observação participante e na construção de uma escrita com o outro.

Fundamentação teórica

Inicialmente, é importante compreendermos que há formas de sofrimentos que não se apresentam facilmente evidenciadas ou nominadas pelas pessoas. São dores emocionais difusas, um incômodo persistente, uma angústia sem explicação aparente ou um sentimento de inadequação difícil de localizar. Muitas vezes, não se organizam em narrativas coerentes, permanecendo fragmentadas e pouco representadas.

Nesse sentido, as dores difusas não indicam ausência de sofrimento, mas, ao contrário, revelam experiências que ainda não encontraram linguagem suficiente para serem reconhecidas, elaboradas e compartilhadas, podendo estar relacionadas a atravessamentos históricos e coletivos que excedem a vivência individual.

A compreensão dessas vivências encontra respaldo na noção de trauma desenvolvida por Kilomba (2019) como uma ferida colonial que se retroalimenta na relação, produzindo cisão psíquica e silenciamento da pessoa.

Buscando fundamentar sua visão, Kilomba (2019) reforça que o trauma não é apenas psicológico e nem apenas individual. Ele é histórico fundado na herança colonial e nas relações, portanto, persistente no cotidiano, silencioso e não nomeado. Depreende-se desse posicionamento, que as dores emocionais têm suas raízes em aspectos intersubjetivos, como violências e desigualdades, gerando paralisia e impotência. Em suma, o sofrimento é produzido socialmente e estruturante da subjetividade.

Martín-Baró apresenta a noção de trauma psicossocial, que consiste na “cristalização traumática nas pessoas e nos grupos de relações sociais desumanizadas” (2017, n.p.). Esse trauma não se restringe a eventos isolados, mas se constitui como um processo contínuo, marcado pela sequencialidade histórica e pela transmissão transgeracional. Ao utilizar a expressão trauma psicossocial, Martín-Baró (2017) busca evidenciar o caráter dialético do sofrimento. A dor é vivida de maneira singular por

cada sujeito, mas sua origem não pode ser compreendida sem considerar os processos sociais, políticos e culturais que a produzem.

Euzébios Filho (2023) lembra que Martín-Baró avançou na definição do conceito de trauma para além da concepção médica e da noção de trauma psíquico (como fenômeno intrapsíquico) e ressaltou a deficiência do conceito de trauma social. A dimensão psicossocial remete aos vínculos de pertencimento e à construção da identidade grupal. Quando esses vínculos são rompidos ou se distorcem, geram efeitos como sensação de vulnerabilidade, dissonância cognitiva, fragilização da autonomia pessoal, perda de autoconfiança e desorientação existencial. Podendo chegar, inclusive, à interiorização dos valores do opressor e à identificação com ele.

Desse modo, o trauma psicossocial abala, simultaneamente, a subjetividade e o tecido social. A partir dessas rupturas, segundo Euzébios Filho (2023), observa-se a organização entre dois polos: o fatalismo, marcado pela naturalização da dor e pela sensação de impotência, e a conscientização, que permite uma leitura crítica da realidade e a transformação das condições de vida.

A compreensão dos efeitos das dores sociais demanda o ingresso no campo da subjetividade, entendida como instância de internalização, mas também de ressignificação das violências vividas no plano coletivo e de simbolização das dores ainda não nomeadas.

Nesse encadeamento de ideias, optamos pela concepção de Hampaté Bâ ao discorrer a respeito da noção de pessoa na África Negra, segundo o qual a subjetividade não pode ser compreendida como uma instância isolada, mas como construção relacional e múltipla: “segundo as tradições consideradas, o ser humano não é uma unidade monolítica, limitada a seu corpo físico, mas sim um ser complexo habitado por uma multiplicidade em movimento permanente” (Hampaté Bâ, 1981, p. 3).

No que diz respeito ao psiquismo humano, Hampaté Bâ (1981) sugere que, embora o corpo se apresente como uma notável obra de arquitetura e precisão mecânica, a dimensão psíquica revela-se de tal complexidade e vastidão que aquilo que já se conhece ainda é ínfimo diante do que permanece por compreender. Esse pensamento amplia a noção da subjetividade ao abrir caminhos possíveis para a nomeação e a simbolização das dores difusas.

Tal concepção rompe com a ideia ocidental de indivíduo autônomo e sustenta uma visão relacional, na qual a existência se constitui de forma indissociável do mundo vivo, das comunidades humanas e da ancestralidade.

Essa visão de pessoa, presente nas tradições africanas, motiva a tarefa psicossocial, a qual, segundo Martin-Baró (2017), consiste em desideologizar a realidade, fortalecer consciência crítica e reconstruir vínculos sociais. A partir dessa concepção, torna-se necessário refletir sobre o papel da práxis psicológica, a fim de que ela se constitua como agente de transformação social.

Inspirado em Martín Baró, Barrero (2020) tece importante contribuição a respeito da práxis psicológica “como a materialização da angústia do psicólogo/a em ações cotidianas de transformação psico-sócio-antropológica e, portanto, a superação da paralisia em termos de organização e mobilização social” (Barrero, 2020, p. 43). Essa perspectiva corrobora com o deslocamento do foco do individual para o contexto social, concebendo que o sofrimento psíquico não pode ser separado das condições concretas de existência.

Nesse sentido, a práxis também se revela como um caminho de conhecimento. Ao agir para transformar a realidade, o sujeito passa a entendê-la de uma forma mais crítica e, ao mesmo tempo, podendo romper relações de dominação, produzindo novos sentidos e novos saberes. É nesse movimento que a reparação psicossocial vai se tornando possível.

Como aponta Kilomba (2019), é no momento em que a fragmentação da subjetividade é reconhecida e, sobretudo, compartilhada no coletivo, no encontro, no reconhecimento mútuo e na partilha de experiências, que se constroem sentidos, pertencimentos e narrativas capazes de sustentar os primeiros movimentos de cura.

Sendo assim, a autora amplia essa compreensão ao situar tais processos no horizonte da reparação psicossocial, no qual se inscreve a descolonização do eu, entendida como um movimento contínuo de reposicionamento crítico. Trata-se de um processo em que a pessoa assume a autoria de sua narrativa, ressignifica a linguagem como campo de poder e transforma a dor em consciência política e ação.

Coletivo @Daspretas

A seguir, o Coletivo @DasPretas é apresentado pelas suas idealizadoras Adriane Lobo e Sirlene Pedro:

Somos duas psicólogas negras, psicodramatistas, morando em diferentes

territórios. Adriane⁷ reside em Mato Grosso do Sul e Sirlene⁸ em Minas Gerais. Nos conhecemos no Grupo de Estudos Étnico-Racial, coordenado pela professora Maria Célia Malaquias⁹. Fomos unidas pelo desejo de promover a equidade na psicoterapia e na sociedade, de forma geral. O Coletivo @DasPretas surgiu a partir do interesse em levar conhecimento científico e conscientização à população negra e não negra, sobre a perspectiva histórica do processo de escravização e seus reflexos na contemporaneidade, utilizando recursos pedagógicos, teóricos e narrativas pessoais para demarcar a potência, a criatividade e a espontaneidade do povo preto. Tem como base a Socionomia¹⁰, os estudos advindos do Grupo de Estudos Étnico-Racial Quilombo Malaquias e outros estudos a respeito da temática racismo e letramento racial. Busca desconstruir, entre os participantes, conservas culturais limitantes, revitalizando e estimulando a adoção de novos papéis sociais. A proposta inicial foi de convidar psicodramatistas antirracistas para partilhar por meio de lives e aulas abertas, conteúdos afins gratuitos, possibilitando a discussão sobre inclusão e a equidade racial. Atualmente, estamos na segunda turma do curso sobre Letramento Racial e iniciamos a Intervisão para profissionais que atuam em atendimento com pessoas pretas.

Desenvolvimento

A aula “Cicatrizes Coloniais: Os traumas sociais na construção da subjetividade”¹¹ foi realizada *on-line*, ministrada por esta autora e promovida pelo Coletivo @DasPretas. As inscrições foram abertas com cerca de um mês de

⁷ Adriane Rita Lôbo, psicóloga, psicodramatista didata, Tatadramatista. Idealizadora e Coordenadora do Grupo de Estudos Zerka e do Coletivo @Daspretas. Especialista em casal, faz parte do Grupo de Estudos Étnico-Racial e Psicodrama do Quilombo Malaquias. E-mail psic.adrianelobo@gmail.com

⁸ Sirlene Margarida Pedro é especialista em Gestão de Recursos Humanos, com larga experiência em empresas. Utiliza o psicodrama como metodologia no recrutamento e seleção, bem como no treinamento e desenvolvimento de colaboradores. Há dez anos, atua em psicoterapia, com atendimentos individuais e em grupo. É cofundadora do Coletivo @DasPretas, e participa do Grupo de Estudos Quilombo Malaquias. E-mail sissi.pedro@gmail.com

⁹ Maria Célia Malaquias, psicóloga negra, professora e supervisora de Psicodrama. Coordenadora do Grupo de Estudos Étnico-Racial Quilombo Malaquias e organizadora dos livros Psicodrama e relações étnico-raciais: Diálogos e reflexões (2020) e Etnodrama: Contribuições do grupo de estudos de psicodrama e relações raciais (2023). Ganhadora do prêmio Guerreiro-Ramos, pela sua contribuição ao Psicodrama.

¹⁰ Socionomia é a ciência criada por Jacob Levy Moreno que estuda as leis sociais, organizando o desenvolvimento de grupos e indivíduos. O Psicodrama é a vertente mais conhecida. Disponível em <https://febrap.org.br/o-que-e/> Acesso em 21 abril 2026

¹¹ Aula online “Cicatrizes Coloniais: Os traumas sociais na construção da subjetividade”, ministrada em 23/05/2025. Disponível <https://www.youtube.com/watch?v=1Z-FVCzPzOQ&t=5405s> Acesso 31 março 2026.

antecedência e divulgadas pelas redes sociais. A participação era gratuita, mediante preenchimento de um formulário *on-line*, e contou com 48 pessoas inscritas.

A aula se organizou a partir de um eixo teórico que atravessava o trauma social e a subjetividade, em diálogo com a noção de cicatrizes coloniais. Foram abordadas, ainda, questões como a dualidade interna entre colonizador e colonizado; o racismo enquanto ferida colonial; as estratégias de defesa psíquica mobilizadas diante dessas experiências e o papel da Psicologia como instrumento de libertação.

O encontro teve início com 28 participantes, em sua maioria de nível superior, sendo que, durante a aula, esse número oscilou, chegando a 35 pessoas. No presente relato, serão transcritas as falas dos participantes, organizadas nas categorias temáticas, tentando retratar a dinâmica grupal, a partir das perguntas disparadoras. A linguagem original foi mantida o máximo possível, salvo alguns ajustes para melhor compreensão.

Categoria 1 - Apresentação e expectativas dos participantes

Antes da introdução do tema, visando o aquecimento do grupo e quebra de resistências, foi solicitado aos presentes que se apresentassem, da maneira que quisessem e que falassem de suas expectativas. Listo aqui algumas dessas falas.

- *Sou professora, psicopedagoga e psicodramatista. Minha expectativa é aprender com vocês.*
- *Sou assistente social e psicodramatista, tenho 78 anos. Nem pensei, só vim, mas mexer na cicatriz vai doer.*
- *Trabalho com TI e inteligência artificial. Minha expectativa é conhecer mais esse tema, quero entender melhor esse contexto.*
- *Sou da área de tecnologia. Vim sem expectativas, para conhecer o tema.*
- *Estou no último ano de psicologia. Minha expectativa é aprender, ampliar conhecimentos e ter troca.*
- *Sou psicóloga. Estou aqui para entender, ainda me situando com relação a tudo.*
- *Sou educadora social e terapeuta ancestral, trabalho com benzimento e massoterapia.*
- *A questão negra é uma questão de vida, quanto mais compreensão, mais podemos diminuir as dores.*
- *Sou cientista social. Trabalho em movimentos negros, trazendo entendimento das nossas raízes.*

- *Sou psicóloga hospitalar. Minha expectativa é aprendizado.*
- *Estou no mestrado, achei que o tema se relacionava com meu momento. Estou aqui para aprender.*
- *Sou estudante de História e vim assistir essa aula para conhecimento e compartilhamento.*

O levantamento de expectativas ajudou a aquecer o grupo e a diminuir as resistências iniciais às discussões. Permitiu perceber a diversidade entre os participantes, tanto em relação às trajetórias profissionais quanto às idades, que variaram de 22 a 78 anos. Eram vozes que vinham de vários cantos do país: do Ceará ao Rio Grande do Sul, atravessando diferentes realidades e contextos. Entre elas, estavam pessoas já envolvidas com a temática das relações raciais e outras que começavam ali seu primeiro contato com o tema.

Categoria 2 - Percepções sobre trauma social e possibilidades de cura

- **Se esse trauma pudesse falar, em uma palavra, o que ele te diria?**

Respostas: *dor, revolta, exclusão, medo, história negada, pertencimento, indignação, solidão, angústia, perda*

- **Uma palavra que representa a cura hoje é:**

Respostas: *aceitação, coletividade, descolonização, reconstrução, segurança, quilombamento, religação ancestral*

Categoria 3 - Manifestações da colonização interna e dos processos de subjetivação

O que em mim ainda age como colonizador? E o que em mim ainda carrega as marcas do colonizado?

Respostas

- Insegurança / não merecimento: *Será que eu mereço mesmo? Tenho que ser perfeita, não posso errar. Mesmo preparada, continuo com medo.*
- Autocrítica / autoexigência: *Nunca está bom o suficiente. Uma voz crítica que gera sofrimento.*
- Conformismo: *Reconheço em mim o conformismo.*

- Dominação e negação do outro: *Quando eu não acredito no outro, eu o diminuo para me sobrepor.*
- Colonização acadêmica: *A gente aprende a pesquisar sobre e não com. A academia nos transforma em colonizadores.*
- Privilégio racial percebido: *Eu consigo acessar espaços de outro jeito por ser branca e não sei como lidar com isso.*
- Colonização cotidiana: *Está implícita no nosso ser, no nosso pensar, em todo processo de existência.*

Categoria 4 - Expressões de sofrimento psíquico associadas às experiências raciais e coletivas

- Sofrimento Psíquico: *Nunca está bom o suficiente, isso gera sofrimento. O adoecimento mental atinge fortemente pessoas negras. Quanto mais claro, menos vai sofrer. A violência é diária. Isso aparece no corpo, em efeitos psicossomáticos.*
- Sentimento coletivo: *Estamos tentando nos construir e nos conhecer, são tantos traumas.*
- Dificuldade de expressão: *Será que estou falando uma besteira? Nem sempre temos espaço para falar sem sermos interrompidos.*
- Processo de consciência: *O fato de estarmos juntos já é um começo. Já é possibilidade de desconstrução. O conhecimento para nós negros é a segunda liberdade.*

Categoria 5 - Reflexões críticas sobre educação, história e produção de conhecimento

- Espaços de Aprendizado: *Crescemos com uma grande mentira. A história é completamente distorcida. Para ser professora precisamos saber o que estamos fazendo. A academia é muito perversa. Parece que você vive uma mentira o tempo inteiro. Precisamos conhecer nossa história, não só a europeia.*

A exposição teórica foi realizada de maneira dialogada, a partir da apresentação de material em *PowerPoint*, intercalada com perguntas disparadoras que orientaram a reflexão, a discussão e o posicionamento crítico dos participantes. Essas perguntas não apenas mobilizaram a fala, mas também estruturaram a produção de sentidos, permitindo a organização das respostas em categorias analíticas que expressaram

diferentes dimensões da experiência vivida.

A aula teve início situando o tema central como um campo de reflexão sobre a constituição do indivíduo, destacando a importância de compreender os processos históricos, culturais e sociais que atravessam a formação da identidade. Nesse primeiro momento, os relatos apresentavam-se, em alguns momentos, confusos, fragmentados, marcados por dores ainda sem nome — as pessoas sentiam, mas tinham dificuldade em elaborar e expressar tais experiências.

A condução favoreceu a abertura para o sensível, permitindo que os participantes acessassem dimensões de sua própria história, muitas vezes, não nomeadas ou reconhecidas. As respostas às perguntas disparadoras contribuíram para a construção de um ambiente de confiança, favorecendo a escuta e o acolhimento mútuo.

A percepção de que não se está só, mesmo diante de dores historicamente silenciadas, foi sendo evidenciada nas falas e reações dos participantes. Ao longo da aula, abriu-se um espaço de escuta coletiva, favorecendo processos de identificação, sobretudo quando os relatos individuais encontravam reconhecimento no outro.

A cumplicidade construída no grupo possibilitou a expressão de sentimentos relacionados a diversas vivências, tais como insegurança, racismo, exclusões por pensar diferente, exploração profissional, sentimento de não merecimento, autocrítica, conformismo e dominação, entre outros.

Tais manifestações, organizadas em categorias, evidenciam como o trauma social, as dinâmicas de colonização interna e o sofrimento psíquico se articulam na experiência dos participantes. Permitiu, ainda, uma compreensão ampliada do processo colonial, na medida em que esse condicionamento intelectual, financeiro e emocional permeia a existência e orienta modos de viver e sobreviver.

Processo de simbolização

Antes de analisar as falas, é importante situar o conceito de simbolização, entendido aqui como o processo por meio do qual experiências vividas, muitas vezes, difusas ou não nomeadas, podem ser elaboradas, ganhando forma, sentido e linguagem.

Embora o conceito de simbolização não esteja presente em Martin-Baró (2017), os elementos centrais dele estão presentes: narrativa; memória; atribuição de sentido; reconhecimento do sofrimento; reconstrução dos vínculos sociais.

Para os fins desse ensaio, considerou-se que a simbolização se manifestava quando os participantes conseguiam nomear experiências antes difusas, reconhecer a dimensão coletiva de seu sofrimento e produzir novas compreensões sobre sua história e sua posição social. Esses elementos orientaram a leitura das narrativas apresentadas ao longo da aula.

Considerando o diálogo com Martín-Baró, Grada Kilomba e Hampâté Bâ é possível articular teoricamente a noção de dispositivo de simbolização coletiva como um espaço de escuta, memória e compartilhamento capaz de transformar experiências de sofrimento social silenciadas em narrativas coletivamente reconhecidas, favorecendo processos de conscientização, desideologização e reconstrução dos laços comunitários.

Sob essa ótica, a aula pode ser compreendida como um espaço de ruptura com o modelo individualizante, ao trazer à tona as dimensões coletivas do sofrimento. Funcionou como um dispositivo de deslocamento do individual para o relacional. Ao se expressarem, os participantes deixaram de ocupar apenas uma posição passiva frente ao contexto social e às heranças transgeracionais e passaram a se reconhecer como sujeitos capazes de produzir novos sentidos e assumir outros protagonismos.

Esse movimento pode ser observado nas falas dos participantes, que expressam, de diferentes formas, esse processo de reconhecimento e elaboração. A seguir, destacam-se alguns trechos considerados significativos:

(1)*Eu sinto que isso que você está falando não começa em mim, parece que vem de antes.*

Essa fala revela a percepção de uma dimensão transgeracional da experiência. O sujeito começa a reconhecer que seu sofrimento não é exclusivamente individual, mas atravessado por uma história anterior.

(2)*Às vezes eu nem sei se isso é meu ou se eu aprendi a sentir assim.*

Aqui aparece a dúvida identitária: o que é próprio e o que foi introjetado. Essa fala toca diretamente na construção subjetiva a partir do outro.

(3)*Quando eu falo, parece que a história muda, eu começo a entender diferente.*

Essa fala evidencia o poder da narrativa como ferramenta de transformação. O ato de falar reorganiza a experiência.

(4)*Eu nunca tinha pensado nisso desse jeito, parece que abre uma outra visão.*

Momento de ampliação de consciência - mudança de perspectiva.

(5)*Então não é só comigo. Isso também tem a ver com o lugar de onde eu venho.*

Reconhecimento da dimensão coletiva e territorial da subjetividade.

Se partirmos da noção de pessoa, conforme proposta por Hampaté Bâ (1981), podemos compreender melhor os movimentos observados e as narrativas apresentadas como manifestações da multiplicidade que constitui o ser humano. As diferentes vozes, afetos e memórias desveladas evidenciaram essa pluralidade interna. Assim como em Hampaté Bâ, o sujeito apresentado na aula não existe fora da comunidade, ele é expressão dela.

Na exposição dialogada, emergiram referências à vergonha, ao silenciamento e à submissão. Tais manifestações dialogam com a análise de Euzébios Filho (2023), ao afirmar que o trauma psicossocial oscila entre o fatalismo, marcado pela impotência e pela paralisação, e a conscientização que abre possibilidades de transformação. De modo complementar, Kilomba (2019) destaca a reintegração do self, bem como a tomada de lugar e de voz como caminhos possíveis de cura.

Considerando que os seres humanos se constituem por meio de narrativas, que a linguagem organiza as experiências e que contar histórias transforma a vivência, a aula atuou, nessa perspectiva, como uma alternativa para a construção de dispositivos de simbolização, à medida que estimulou a passagem do fatalismo para uma leitura crítica da realidade e abriu espaço para a produção de novos sentidos e, quiçá, ações.

Considerações finais

Este trabalho nasceu de uma inquietação: como compreender dores que nem sempre conseguem ser ditas, mas que seguem sendo sentidas? A partir dessa questão, buscou-se evidenciar a simbolização de dores coletivas em uma experiência de escuta, em uma aula *online*, partindo do entendimento de que nem todo sofrimento pode ser abarcado apenas a partir da trajetória individual.

Ao longo da análise, foi possível perceber que muitas dessas dores, quando não encontram linguagem e reconhecimento social, permanecem como experiências difusas, manifestando-se como angústia, inadequação e sofrimento sem nome.

Nessa perspectiva, corrobora-se com a teoria de que o sofrimento psíquico, em diversos casos, não se origina exclusivamente no sujeito, mas se constitui como expressão de processos históricos e coletivos não simbolizados, especialmente, aqueles relacionados ao legado colonial e às violências dele decorrentes. Quando essas

experiências não podem ser ditas, elas não desaparecem, ao contrário, permanecem inscritas no corpo, nas emoções e nas relações, fragmentadas e desprovidas de sentido.

A experiência analisada neste estudo permitiu observar que o espaço coletivo de escuta e fala pode operar como um importante dispositivo de simbolização. No entanto, mais do que afirmar essa potência, torna-se fundamental assimilar como esse processo se constituiu.

A partir da articulação entre a vivência empírica e o referencial teórico, propõe-se entender a simbolização como um processo coletivo que se organiza em três movimentos interdependentes: o primeiro movimento diz respeito à nomeação da experiência. Trata-se do momento em que aquilo que antes era vivido como sensação difusa encontra palavras. Nomear não é apenas descrever, mas possibilitar que a dor passe a existir no campo simbólico, rompendo com o silenciamento histórico que marca determinadas experiências.

O segundo movimento refere-se ao reconhecimento coletivo. Quando a experiência é compartilhada, ela deixa de ser vivida apenas como falha individual. Aos poucos, passa a ser situada em uma trama mais ampla, histórica e social. Esse deslocamento não elimina o sofrimento, mas altera sua posição, o que antes parecia destino ou incapacidade pessoal pode começar a ser compreendido como efeito de estruturas. É nesse ponto que o fatalismo começa a ceder, abrindo espaço para a conscientização.

O terceiro movimento diz respeito à ressignificação da experiência. Ao narrar, escutar e se reconhecer no outro, o sujeito não apenas fala sobre o que viveu, ele reorganiza o sentido do vivido. Não se trata de uma virada completa ou definitiva. Ainda assim, algo se move: a pessoa já não ocupa somente o lugar de quem sofre os efeitos de uma herança histórica, mas passa a construir uma relação diferente com essa herança, assumindo uma autoria possível sobre sua narrativa.

A simbolização, nesse contexto, vai além do ato de falar sobre a dor. Age como um trabalho de reinscrição da experiência na linguagem, na história e no coletivo. O sofrimento não desaparece, mas deixa de operar como fragmento isolado. Ele passa a compor uma narrativa que pode ser sustentada, compartilhada, às vezes até reconhecida por outros.

Os achados deste estudo apontam para a importância das práticas coletivas de escuta, especialmente em contextos formativos. Mais do que produzir alívio imediato, esses espaços tensionam leituras individualizantes do sofrimento e permitem que outras

compreensões emergjam. Nesse processo, vínculos são fortalecidos e novas possibilidades de ação se insinuam, nem sempre de forma linear, nem sempre de forma previsível.

A simbolização, portanto, não acontece de uma vez nem de maneira espontânea. Ela se constrói no encontro, no tempo, nas trocas e nos limites dessas trocas. Envolve fala, escuta, reconhecimento, silêncios e hesitações. É nesse movimento, por vezes lento, que a dor pode deixar de estar isolada. E, ao ganhar forma de história, pode abrir algum espaço para transformação.

Afinal, como bem dito por uma participante: *o conhecimento para nós negros é a segunda liberdade!*

Referências

BARRERO, Edgar. **Para um homem novo, uma nova psicologia**: de Che Guevara a Martín-Baró. Piauí: Terra sem Amos, 2020.

HOOKS, Bell. **Ensinando a transgredir**: a educação como prática da liberdade. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2024.

DALTRO, Mônica Ramos; FARIA, Ana Amélia de. Relato de experiência: uma narrativa científica na pós-modernidade. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 1, p. 223–237, 2019. Disponível em: <<https://pepsic.bvsalud.org/pdf/epp/v19n1/v19n1a13.pdf>>. Acesso em: 24 abr. 2026.

EUZÉBIOS FILHO, Antônio. **Trauma psicossocial entre o fatalismo e a conscientização**: Martín-Baró para pensar o Brasil e a América Latina. Curitiba: CRV; São Paulo: IPUSP, 2023. (Coleção Estudos Avançados em Psicologia Social, v. 3).

EVARISTO, Conceição. **Becos da memória**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2006.

HAMPATÉ BÂ, Amadou. A noção de pessoa na África Negra. In: DIETERLEN, Germaine (org.). **La notion de personne en Afrique Noire**. Tradução de Luiza Silva Porto Ramos e Kelvin Ferreira Medeiros (uso didático). Paris: CNRS, 1981. p. 181–192.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação**: episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

MARTÍN-BARÓ, Ignacio. **Crítica e libertação na Psicologia**: estudos psicossociais Petrópolis, (RJ): Vozes, 2017.